
Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010

**ROBERTO LEHER, ALICE COUTINHO DA TRINDADE,
JACQUELINE ALINE BOTELHO LIMA E REGINALDO COSTA**

Integrantes del Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de Brasil del OSAL, con sede en el Laboratorio de Políticas Públicas de la UERJ.

Resumen

El estudio analiza las luchas sociales de la primera década del dos mil a partir de las cronologías de OSAL-Brasil y de indicadores agregados por DIEESE, la CPT y DATALUTA. Los indicadores empíricos cuantitativos son indagados buscando aprehender las grandes tendencias de las luchas sindicales y de los movimientos sociales en dos períodos: 2000-2002 y 2003-2009.

Abstract

The article reviews social struggle during the first decade of the twenty-first century based on the timelines prepared by the Brazilian committee for OSAL, DIEESE indicators, CPT and DATALUTA periodical. Empirical indicators are examined to try to comprehend marked tendencies in union struggle and social movements during two extended periods: 2000-2002 and 2003-2009.

Palabras clave

Brasil, movimientos sociales, movimiento sindical, lucha social

Keywords

Brazil, social movements, unionism, social struggle

Cómo citar este artículo

Leher, Roberto; Coutinho da Trindade, Alice; Botelho Lima, Jacqueline Aline y Costa, Reginaldo 2010 "Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010" en *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año XI, N° 28, noviembre.

Crise do neoliberalismo ortodoxo e a governabilidade para o capital

Para compreender as lutas sociais na primeira década do novo século no Brasil é indispensável considerar o estado geral das lutas do final dos anos noventa, a correlação de forças entre as frações de classes e as perspectivas estratégicas mais marcantes dos principais protagonistas sociais. Do ponto de vista dos setores

dominantes, em particular das frações que operam o capital portador de juros, o agronegócio, o setor de *commodities*, bem como as que atuam na complexa e heterogênea base industrial, os últimos anos da década foram de forte instabilidade em decorrência da crise que vinha convulsionando a América Latina, particularmente a partir da Crise Mexicana de 1994. O agravamento da crise abriu caminho para que os setores dominantes lançassem o Plano Real em julho de 2004. O principal desdobramento político do plano foi a eleição de um governo neoliberal, mas sem o rosto da direita como fora o governo Collor de Mello. O novo presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), expressava a tentativa de saída de uma duradoura crise de hegemonia do bloco de poder que vinha se estendendo desde a Crise da Dívida de 1982. Nos termos de Fiori (1995): “[...] o Plano Real não teria sido concebido para eleger FHC, mas, na ordem inversa, a candidatura FHC teria sido gestada pelas novas elites dominantes para viabilizar, no Brasil, a coalizão de poder capaz de dar sustentação de permanência ao programa de estabilização hegemônico”. Fiori argumenta que a gestão do Plano Real necessitaria de condições renovadas de governabilidade da ordem social e do próprio bloco de poder. Mas ao longo dos anos a combinação das turbulências na economia com a persistência de lutas sociais, ainda que mais corporativas do que na década anterior, erodiu a sua capacidade de manejo da governabilidade e de conduzir um novo bloco hegemônico, deixando inconclusa a crise hegemônica das duas últimas décadas.

O acompanhamento, nos principais jornais voltados para os negócios, dos discursos das frações burguesas dominantes estrangeiras e no Brasil que circularam em 2002, revela uma situação até então impensável: significativas lideranças do grande negócio admitem que veem com bons olhos a eleição de um antigo e importante antagonista, Lula da Silva, desde que houvesse a garantia prévia da manutenção das regras do jogo neoliberal –responsabilidade fiscal, metas de inflação e autonomia do Banco Central (Leher, 2003). No diapasão da tese do alívio à pobreza em nome da governabilidade do Banco Mundial, os setores dominantes passaram a reconhecer a necessidade de maior “responsabilidade social”, desde que sem alterações macroeconômicas e sem qualquer saudosismo com o velho Estado de Bem Estar Social, agora relexicalizado como “populismo”.

Essa equação política aparentemente inusitada –em que frações do capital saíram em defesa do alívio à pobreza e da eleição de candidatos provenientes da esquerda– estava referenciada em um corpo teórico sistematizado por Anthony Giddens: a Terceira Via. Na América Latina já havia o precedente do governo do “socialista” Ricardo Lagos, no Chile (2000-2006), e da própria *Concertación* que lhe deu sustentação.

Existem fortes indícios de que a coalizão de classes mais internacionalizada tornou-se orgânica no governo Lula da Silva, incorporando segmentos burgueses regionais (Partido do Movimento Democrático Brasileiro –PMDB–), sindicatos (Central Única dos Trabalhadores –CUT–, Força Sindical, Central dos Trabalhadores Brasileiros) e movimentos sociais. Cabe citar o apoio dos setores internacionalizados à sua reeleição em 2006, a despeito das ácidas denúncias de frações burguesas minoritárias à corrupção em seu governo e no Partido dos Trabalhadores (PT), provocando enorme estrago em seu partido

(Leher, 2005). Todos os principais partidos conservadores, à exceção do Partido dos Democratas (DEM), em acelerado processo de esvaziamento político eleitoral, e do partido de Cardoso (PSDB), estão na base de apoio de Lula da Silva, inclusive os ex-presidentes José Sarney (PMDB) e Fernando Collor de Mello (PTB). Todas essas forças sustentam a candidata de Lula da Silva no pleito de 2010, Dilma Rousseff.

Se a inflexão das frações burguesas dominantes era impensável há uma década, mais complexo é compreender como o PT e seu principal braço sindical, a CUT, se moveram nesse contexto. São muitos os determinantes e acontecimentos desse transformismo, particularmente relevante na CUT¹. Além da crise do socialismo já mencionada, outras dimensões relevantes foram a recepção da tese do fim da centralidade do trabalho² e da perda do potencial transformador da classe trabalhadora³.

Lutas sociais nos anos 2000-2002

O contexto de perda de legitimidade do governo Federal, de crise energética, de instabilidade econômica, de avanço na contra-reforma do Estado e a expectativa eleitoral positiva de grande parte dos movimentos e sindicatos dirigidos pelo PT, tornou o governo Cardoso um alvo permanente. Embora tenha ocorrido uma queda muito significativa das greves no período 1995-2002, isso não significa ausência de lutas relevantes, como pode ser visto (tabela 1) pelo número de trabalhadores envolvidos e pelas horas de trabalho perdidas em virtude das paralisações.

Tabela 1. Greves, trabalhadores envolvidos e horas paradas (1995 a 2002)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Greves	1.056	1.242	633	546	507	526	420	304
Trabalhadores	2.283.114	2.482.528	808.495	1.241.080	1.301.656	3.819.586	847.639	1.217.865
Trabalhadores x dias parados	181.512.130	170.509.149	50.326.733	133.957.622	37.741.869	228.464.771	72.293.144	116.220.031

Fonte: DIEESE, "Tabulações do sistema de acompanhamento de greves no Brasil 1995-2007".

No início da presente década ocorreu um arrefecimento das lutas sindicais, após um pico de greves em 2000. Neste ano, os sindicatos que convocaram as greves foram de grande porte, o que explica que o número de trabalhadores envolvidos tenha sido praticamente o triplo do verificado nos últimos anos da década anterior. As horas paradas corroboram a proposição de que as greves foram longas e de alta adesão, ao menos para os padrões dos anos noventa. Neste período, o protagonismo dos servidores públicos foi marcante como reação contra o aprofundamento da "Reforma do Estado" acordado com o FMI por ocasião da crise de 1998. A greve de 2001 dos docentes das universidades federais, organizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), com duração de mais de três meses, foi representativa do biênio analisado. Embora o

desfecho econômico, em termos de correção salarial, tenha sido abaixo do reivindicado, houve êxito na defesa do Regime Jurídico Único (RJU). Com efeito, dos 95 conflitos sindicais registrados na cronologia resumida do OSAL (2000-2002), 66% foram de entidades de servidores públicos.

“O índice de GINI sobre a concentração fundiária segue na mesma faixa desde 1985 (atualmente é de 0,854), comprovando a força do agronegócio”

As lutas dos movimentos sociais do campo foram muito intensas no período, particularmente as protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁴. Mesmo com a redemocratização, a concentração de terras no Brasil não se alterou. O índice de GINI sobre a concentração fundiária segue na mesma faixa desde 1985 (atualmente é de 0,854), comprovando a força do agronegócio.

O estancamento da reforma agrária em virtude da crescente centralidade do agronegócio no padrão de acumulação vigente tornou a questão agrária dramaticamente conflituosa. Nos três últimos anos do governo Cardoso, conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos de terra foram ascendentes: 564 (2000) para 625 (2001) e 743 (2002), envolvendo expressivo número de ocupações (393, 194 e 184), e também de acampamentos (65, 64 e 285)⁵ nos anos respectivos. Frente às mobilizações do MST, em 2000, Cardoso editou uma medida duramente repressiva contra a luta pela reforma agrária, determinando que terras ocupadas seriam indisponíveis para fins de reforma agrária por quatro anos. Nesse contexto, o MST realizou o seu IV Congresso, o maior de sua história, com mais de 11 mil participantes. Cabe destacar o protagonismo das mulheres camponesas que realizaram massiva manifestação, a Marcha das Margaridas, logo na sequência do congresso, reunindo mais de 15 mil militantes. Nesse ano, o Grito dos Excluídos organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e por movimentos sociais próximos ao MST reuniu, em todo país, 100 mil manifestantes (situação que se repetiu em 2001 e 2002). No final de 2001, o MST ocupou uma terra de propriedade do filho do presidente Cardoso. Em 2002, novamente, outra fazenda de propriedade compartilhada por Cardoso foi ocupada por mil militantes, confirmando o uso de formas de luta mais impetuosas pelo movimento. Resultaram desta ação 16 presos. No período, os movimentos camponeses e de trabalhadores rurais totalizaram expressivos 71 registros do OSAL, equivalente a 80% do total de greves sindicais dos setores público e privado.

No início da nova década o movimento indígena ganhou força, como é possível depreender das marchas indígenas de 2000 (Movimento Brasil, Outros 500) em defesa da identidade dos povos originários, criticando as celebrações da “descoberta” do Brasil e denunciando massacres e usurpações de terras. A culminância dessas lutas foram as manifestações em Porto Seguro, Bahia, reunindo além dos povos indígenas, o MST, os estudantes, a CUT, entre outras entidades. A repressão contou com 5 mil policiais, resultando em 131 detidos e 30 feridos. No período, foram registrados na cronologia resumida 13 conflitos envolvendo os povos indígenas.

Vale destacar também a maior presença do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) que protagonizou 10 conflitos na referida cronologia resumida.

Em 2001, o ano iniciou com um concorrido FSM, reunindo mais de 20 mil manifestantes. Durante o Fórum, o MST e a Via Campesina destruíram plantações de soja transgênica da Monsanto, ilegalmente plantada no Brasil, esboçando uma mudança importante na estratégia do MST: a luta contra as corporações do agronegócio. Em 2002, também em Porto Alegre, foi realizado um grande fórum confirmando o vigor das lutas altermundistas.

Também a mobilização dos educadores organizados em diversas entidades sindicais e acadêmicas prosseguiu sendo relevante na conjuntura, destacando a realização dos Congressos Nacionais de Educação (CONED). Nos 1º e 2º congressos foram aprovadas as bases do “Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira”. Em abril de 2002, em São Paulo, foi realizado o 4º Congresso Nacional de Educação, com cerca de 4 mil participantes, que discutiu as estratégias para manter a agenda do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, após o governo Cardoso ter derrotado o referido projeto (2001). Esse tipo de convocatória pluriorganizacional foi relevante no primeiro biênio da década, correspondendo a 18 registros na cronologia, indicando avanços na estratégia da unidade de ação, reunindo movimentos sindicais, sociais e estudantis. A iniciativa mais relevante de 2002 foi o Plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que contou com a participação de mais de 10 milhões de votantes, um êxito considerando que foi auto-organizado pelos movimentos.

Lutas sociais no social-liberalismo (2003- 2009)

A partir da análise empírica dos indicadores das lutas sociais que sustentam o presente artigo é possível desenvolver uma linha de argumentação próxima à realizada por Boito, Galvão e Marcelino (2009) a partir dos indicadores do DIEESE. No período Lula da Silva não houve estancamento das lutas sindicais, apesar de o número de greves ser menor do que o dos anos noventa. Somando todas as greves no período 2003-2008 sequer chegaríamos à metade das greves de 1989 (mais de 4 mil, conforme Mattos, 2005). Com os indicadores do OSAL-Brasil foi possível evidenciar que, mais do que as sindicais, as lutas dos movimentos sociais não sofreram um refluxo significativo, mas assumiram configurações distintas das dos anos oitenta que serão discutidas ao final.

Lutas sindicais e trabalhistas

Conforme os indicadores agregados do Departamento Intersindical de Estadística e Estudios Socioeconômicos (DIEESE), o quadro de greves pode ser sintetizado nas duas tabelas a seguir.

Tabela 2. Greves, trabalhadores envolvidos e horas paradas (2003 a 2008)						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Greves	340	302	299	320	316	411
Trabalhadores envolvidos	1.949.747	1.291.332	2.026.500	1.360.013	1.437.769	2.043.124
Trabalhadores X dias parados	468.561.087	150.473.940	231.291.330	181.611.267	237.128.232	143.412.185

Fonte: DIEESE, “Tabulações do sistema de acompanhamento de greves no Brasil 1995-2007” e “Balanço das Greves em 2008”, nota à imprensa, São Paulo, 23 de julho de 2009.

Tabela 3. Número de greves nas esferas pública e privada (2004 a 2008)

	2004	2005	2006	2007	2008
Esfera / Setor	nº %	nº %	nº %	nº %	nº %
Esfera Pública	185 61,3	162 54,2	165 51,6	161 50,9	184 44,8
Esfera Privada	114 37,7	135 45,2	151 47,2	149 47,2	224 54,5
Esfera Pública e Privada (1)	3 1,0	2 0,7	4 1,3	6 1,9	3 0,7
TOTAL	302 100	299 100	320 100	316 100	411 100

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) - DIEESE.

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada.

Apesar da relevância das greves dos trabalhadores do serviço público, a participação do setor privado foi decididamente crescente, passando de 37,7% (2004) para 54,5% (2008), ano em que, pela primeira vez, temos a supremacia deste setor quando mais de 2 milhões de trabalhadores entraram em greve, tendência que se manteve nos indicadores do OSAL em 2009. No que se refere ao tempo de greve no serviço público e nas empresas públicas, o quadro não se alterou no novo governo, pois as greves seguiram de longa duração. A greve foi um instrumento eficaz, pois muitas categorias acabaram logrando recuperar parte das perdas inflacionárias ou obter alterações na carreira. Como a análise qualitativa dos “motivos” (OSAL/DIEESE) permite constatar, suas agendas estavam centradas em pautas econômico-corporativas, visto a redução sistemática das lutas unificadas (sempre inferiores a 2% das greves) e, principalmente, em torno de pautas políticas e antissistêmicas.

As entidades cutistas do setor público, dirigidas por forças que compunham a base do governo, lograram êxito em esvaziar a Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESEF), ação que foi coordenada com a estratégia do governo de impor negociações carreira-a-carreira, evitando negociações unificadas (e com pautas políticas) com o setor público federal. Objetivando enfraquecer a representação do setor público da CUT, o presidente da República interferiu na sucessão da central indicando Luiz Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, para o cargo de presidente em 2003, preterindo o ex-presidente, João Felício. Em 2004, Marinho foi nomeado Ministro do Trabalho, evidenciando os fortes nexos da CUT com o governo.

Como os indicadores de greve de 2003 e 2004 demonstram, o início do governo Lula da Silva foi altamente conflituoso com os sindicatos do serviço público. Uma das principais demandas do capital portador de juros era o acesso aos recursos previdenciários dos servidores públicos, até então estatais. Esse intento foi apoiado pelo setor majoritário da CUT, interessado no fortalecimento e na ampliação dos bilionários fundos de pensão, até então restritos às empresas públicas. Para isso, Lula da Silva teria de avançar sobre um terreno que seu antecessor não conseguira conquistar, a (contra) reforma da previdência dos servidores públicos, determinando que: a aposentadoria dos novos servidores fosse mista, parte pelo regime de repartição, parte pelo regime de capitalização; as pensões seriam reduzidas, os aposentados seguiriam recolhendo a contribuição previdenciária, e que a

idade mínima e o tempo para aposentadoria seriam aumentados. O novo governo optou por enfrentar os sindicatos dos servidores, até então filiados à CUT, que deflagraram relevante greve contra a reforma previdenciária em 2003.

Embora a pauta das lutas de 2003 tenha sido aparentemente econômico-política é possível sustentar, a partir da análise empírica dos conflitos, que o acento político foi marcante, não apenas pela agenda, mas também pelas formas de luta adotadas, como as marchas dos servidores públicos contra a Reforma da Previdência, que reuniram, em dois momentos, respectivamente 20 mil e 70 mil manifestantes em Brasília, e a ampla greve realizada, abrangendo cerca de 400 mil servidores, incluindo universidades, seguridade social, Receita Federal, Ministério Público, entre outros. A votação da reforma da previdência ocorreu em um contexto fortemente repressivo, pois o governo federal determinou o cercamento do parlamento pela força policial. O governo saiu vitorioso, abrindo uma crise no PT. Em novembro de 2003, o Diretório Nacional do PT, por 55 a 27 votos, expulsou quatro parlamentares petistas: a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), por terem votado contra a reforma da previdência. Também intelectuais se desligaram do partido, a maior parte para fundar um novo partido de esquerda, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

É possível concluir que, de fato, ao longo da década, ocorreu um maior protagonismo de sindicatos do setor privado, em particular categorias de peso na economia e na luta sindical brasileira, como metalúrgicos⁶, bancários⁷, petroleiros⁸ e, em menor proporção, categorias que não vinham tendo protagonismo relevante, como construção civil⁹, policiais¹⁰ e, no caso das empresas públicas, dos correios¹¹. No caso do serviço público, os destaques são previdência, universidades¹² e educação básica¹³, entre outros.

A inflexão entre os setores privado e público ocorreu no período de agravamento da crise, em 2008 e 2009. Muitas greves assumiram um caráter defensivo e somente em 2009, em algumas atividades apoiadas com isenções tributárias, as pautas de ampliação de direitos e de reposição de perdas salariais voltou a aparecer de modo significativo. Muitos sindicatos que, até então, vinham logrando relativo êxito na recomposição parcial de perdas inflacionárias, aceitaram redução relevante de salário (10% a 20%) em troca de estabilidade por três meses ou, no melhor dos casos, por um semestre. Também sindicatos metalúrgicos pactuaram redução da jornada de trabalho com redução de salário¹⁴ ou até mesmo a demissão de parte dos trabalhadores, como foi o acordo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, com a Volkswagen¹⁵.

Entre as lutas em torno da legislação sindical, as mais relevantes foram protagonizadas por setores que romperam com a CUT, notadamente as organizadas pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e pela Intersindical. Em março de 2004, o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) –que reúne 17 confederações nacionais e 6 centrais sindicais, grande parte da base governista– mobilizou 20 mil pessoas em uma manifestação em Brasília contra a reforma sindical proposta no Fórum Nacional do Trabalho. Entretanto, reivindicou a atual legislação defendendo aspectos combatidos pelo chamado Novo Sindicalismo, como o imposto sindical obrigatório e a unicidade sindical. Pouco depois, outra manifestação contra as reformas sindical e trabalhista, reunindo mais de 8 mil participantes, foi

organizada pela CONLUTAS em Brasília. Em virtude da confluência contraditória de interesses, de um lado, entre o sindicalismo apegado ao imposto sindical e à unicidade e, de outro, entre as entidades que combateram a proposta do FNT pela esquerda, criticando a verticalização compulsória da estrutura sindical, o projeto do governo acabou não avançando no parlamento.

As duas centrais sindicais mais expressivas seguiram sendo a Força Sindical, que migrou para a base de apoio do governo, e a CUT. Em determinados contextos a CUT atuou ao lado da Central de Movimentos Populares (CUT, MST, Movimento dos Trabalhadores sem Teto –MTST–, etc.). Suas principais lutas foram em defesa do crescimento econômico como forma de ampliar os empregos, combatendo a política de juros elevados do Banco Central e, com apoio das organizações dissidentes da CUT, pela redução da jornada de trabalho, reivindicação não apoiada pelo governo federal. Cabe sublinhar que nenhuma das manifestações dessas centrais, excetuando as festas do 1º de Maio (que assumiram um caráter festivo e de entretenimento), foi capaz de ultrapassar 25 mil manifestantes. Em 2004, a CUT promoveu manifestações em 22 capitais contra a política econômica do governo federal, intitulado de “Dia Nacional de Mobilizações e Lutas”, reunindo cerca de 10 mil pessoas em nove capitais. Em 2007, aproximadamente 20 mil pessoas participaram do “Dia Nacional de Mobilização” em Brasília (DF), proposto pela CUT, defendendo a manutenção do veto do presidente à Emenda 3, que impediria os fiscais do Trabalho de autuar empresas por contratações irregulares, como vínculo sem carteira assinada ou trabalho escravo, a ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que garante a negociação coletiva no serviço público e o fim do Interdito Proibitório, usado para restringir as greves em frente ao local de trabalho. No mesmo ano, cerca de 25 mil trabalhadores da CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, União Geral dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil manifestaram-se na 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília (DF), em defesa da redução constitucional imediata da jornada de trabalho com aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que ainda em julho de 2010 tramita no Congresso Nacional, incluindo metas graduais de redução até atingir as 36 horas semanais.

O abandono das lutas massivas cobrou seu custo no contexto do aprofundamento da crise de 2008. Nesse ano, apenas 1,5 mil trabalhadores participaram na capital federal da 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora (cujo tema foi Desenvolvimento e Valorização do Trabalho) em defesa do emprego, da garantia de renda e contra os efeitos da crise financeira internacional. No ano seguinte, cerca de 3 mil pessoas participaram de um ato político em São Paulo, organizado pelas mesmas seis centrais sindicais e por movimentos sociais, reivindicando a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, investimentos em políticas sociais, além de protestar contra as demissões advindas da crise. No final desse ano, em Brasília, 20 mil pessoas participaram de uma marcha, reivindicando a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, o monopólio do petróleo pela Petrobrás e o reajuste de salário para os servidores federais.

Outras lutas foram muito significativas no período¹⁶, embora mais pontuais, incidindo sobre problemáticas vitais que introduzem setores populares nas lutas

sociais. Entre estas, destacaram-se: a) os trabalhadores desempregados organizados no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); e b) os movimentos por moradia, como as manifestações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em 2007, que organizou 5 mil pessoas em passeata até o Palácio dos Bandeirantes (sede do governo estadual), em São Paulo, reivindicando moradia popular. Nesse ano, os movimentos de luta por moradia realizaram uma série de manifestações em 15 cidades de 14 estados, no Dia Nacional da Reforma Urbana. Em 2008, 5 mil pessoas ligadas ao MTST realizaram marcha para reivindicar moradia em São Paulo. Ainda nesse ano, organizados no Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), entidades como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), o Fórum Nacional de Reforma Urbana e Fóruns Estaduais e Regionais pela Reforma Urbana protagonizaram a Jornada de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade. Em 2009, o MTST realizou quatro ações simultâneas no estado de São Paulo (região Sudeste), trancando rodovias e vias públicas em São Paulo, Campinas, Guarulhos e Osasco, no contexto da mobilização nacional contra o desemprego e por políticas populares contra crise.

Esses movimentos possibilitaram iniciativas importantes de organização popular como a Plenária dos Movimentos Sociais no Rio de Janeiro. Uma das mais originais iniciativas para retomar o sentido original do 1º de Maio aconteceu em 2009, quando os movimentos sociais do Rio de Janeiro realizaram um ato com mais de mil participantes contra a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), na Zona Oeste do Rio de Janeiro, na região Sudeste do estado, percorrendo as ruas dos bairros atingidos pela nova siderúrgica. Outro exemplo significativo dessas iniciativas aconteceu em 2008, quando mais de 5 mil pessoas participaram da 13ª edição da “Marcha dos Sem” e da Jornada de Lutas por Soberania Alimentar em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, reivindicando a adoção do piso nacional dos professores e protestando contra a criminalização dos movimentos sociais.

A reestruturação das formas de organização dos trabalhadores foi um intento permanente, complexo e tortuoso. Após a reforma da previdência alguns sindicatos de servidores públicos iniciaram um processo de afastamento da CUT e, parte deles, passou a atuar na CONLUTAS, criada em 2004 como um espaço de unidade de ação entre sindicatos e, em menor proporção, movimentos sociais. Outras entidades optaram pela criação da *Intersindical*, com maior presença de militantes do PSOL. A construção da CONLUTAS como entidade de caráter sindical e popular avançou em 2006 com o Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT). Participaram do evento 3.500 delegados e observadores ligados a movimentos sindicais, estudantis e populares.

Objetivando avançar na unidade de ação para enfrentar as (contra) reformas do governo Lula da Silva, em 25 de março de 2007 foi convocado o Encontro Nacional Contra as Reformas, em São Paulo, para construir a unidade e organizar a luta em defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas, contando com a participação de 5 mil pessoas de 626 organizações sindicais, populares e estudantis ligadas a CONLUTAS, a Intersindical, ao Movimento Terra e Liberdade (MTL), ao MTST, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais Sociais de

São Paulo e a mais de uma dezena de entidades representativas de trabalhadores e do movimento estudantil. O encontro contou com a saudação de dirigentes do MST (Gilmar Mauro), da Assembleia Popular, da Corrente Classista da CUT e de outras organizações que, pela primeira vez, juntaram suas forças para consolidar uma agenda unificada de lutas. Entretanto, os efeitos práticos do encontro foram muito reduzidos. A unidade de ação somente foi possível em temas pontuais, caso-a-caso. Entre os motivos, a luta interna pela supremacia da direção afastou movimentos e sindicatos que não são orgânicos ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e a determinadas correntes do PSOL.

A autoconstrução da CONLUTAS avançou com o 1º Congresso da CONLUTAS (Betim, Minas Gerais) com o lema ‘Se muito vale o já feito, mais vale o que será’ e reuniu 3.500 pessoas, com 2.805 delegados, representando 175 sindicatos ou oposições sindicais que aprovaram o caráter da coordenação como uma entidade de caráter sindical e popular. A dificuldade de expansão da coordenação e o aprofundamento das consequências sociais do padrão de acumulação reacenderam a busca de unidade de ação. Em novembro de 2009, mais de 1.000 trabalhadores se reuniram na sede do Sindicato dos Bancários, em São Paulo, durante o Seminário de Reorganização Sindical. O principal tema foi a unificação de diversos setores sindicais em uma única central. Estavam a CONLUTAS, a Intersindical, o MTST, o MTL, entre outras. Ao final do encontro, os participantes decidiram pela realização de um congresso para oficializar uma nova central sindical. O Congresso da Classe Trabalhadora foi marcado para os dias 3, 4 e 5 de junho de 2010. Este congresso contudo terminou em impasse. A insistência da CONLUTAS, majoritária no congresso, em manter sua denominação na nova entidade foi interpretada pela base da Intersindical –cujos militantes não priorizaram a eleição de delegados em virtude da disputa pela definição do candidato do PSOL a presidência– e das entidades independentes, como um movimento de absorção das demais entidades pela CONLUTAS e não como a criação de uma entidade nova, produto de uma síntese original. Desse modo, até julho de 2010 a problemática da unidade de ação dos setores que romperam com a CUT segue inconclusa.

Lutas contra as expropriações: trabalhadores do campo e povos indígenas como protagonistas cruciais das lutas do século XXI

A tabela 4 organizada pela CPT (2010) sumariza o quadro das lutas no campo no período 2000-2009.

A análise dos indicadores agregados pela CPT comprova que os movimentos sociais do campo não deixaram de fazer luta no governo Lula da Silva. Ao contrário, os conflitos aumentaram em virtude das expectativas de solução dos mesmos pelo novo governo. As lutas dos cinco primeiros anos adquiriram nuances relevantes que expressaram as contradições do fortalecimento do setor de *commodities* manejado pelas classes dominantes que operavam no país. Mesmo no período em que a quantidade de conflitos pela terra foi reduzida, como em 2008 e 2009, persistiu o enfrentamento dos grandes nódulos do poder dominante no campo.

Tabela 4. Comparação dos Conflitos no Campo (2000 a 2009)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Conflitos de Terra										
Ocorrências de Conflito	174	366	495	659	752	777	761	615	459	528
Ocupações	390	194	184	391	496	437	384	364	252	290
Acampamentos		65	64	285	150	90	67	48	40	36
Total Conf. Terra	564	625	743	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	751	854
Assassinatos	20	29	43	71	37	38	35	25	27	24
Pessoas Envolvidas	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290
Hectares	1.864.002	2.214.90	3.066.46	3.831.45	5.069.39	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590
Conflitos Trab. (1)										
Conflitos pela Água (2)										
Outros * (3)										
Total (4)										
Nº de Conflitos	660	880	925	1.690	1.801	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184
Assassinatos	21	29	43	73	39	38	39	28	28	25
Pessoas Envolvidas	556.030	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009
Hectares	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

* Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.

(1), (2), (3) e (4) não reproduzidos nesta tabela adaptada pelos autores.

No período do governo Lula da Silva as lutas do campo percorreram algumas nervuras axiais e interligadas, como: a) a luta pela terra, por meio de ocupações; b) as lutas cujo antagonista é o Estado, objetivando a desapropriação da terra, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a presidência, o judiciário e o parlamento; c) as lutas por crédito agrícola em condições compatíveis com a realidade da agricultura camponesa, focando o sistema bancário, alvo de inúmeras ocupações, e reivindicando melhoria do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); d) as lutas contra o agronegócio e todo o seu complexo, como os transgênicos, agroquímicos, a repressão e a violência; e) as lutas contra a política econômica dos setores dominantes no âmbito do Estado (Banco Central, Ministério da Fazenda); f) as lutas pelos direitos sociais, em particular pela educação básica e superior e pela saúde (em particular nos povos indígenas); g) a luta pela formação política; h) as lutas por um outro modelo de organização da agricultura (agro ecologia); e i) as lutas com outras frações da classe trabalhadora buscando articular o conjunto dos que vivem no campo (Via Campesina) em uma perspectiva internacionalista e a articulação entre trabalhadores do campo e da cidade, em diversos espaços.

As lutas por desapropriações, desde 2003, estão cada vez mais imbricadas com os embates contra as corporações do agronegócio. Isso significa uma inflexão tática, pois originalmente o principal movimento do campo, o MST, concentrava sua luta na desapropriação do latifúndio improdutivo, reserva de valor de frações burguesas locais. Cada vez mais, o MST é obrigado a enfrentar as corporações, visto que a extraordinária expansão desse setor virtualmente inviabiliza a consolidação de uma agricultura de modelo da pequena agricultura. Essa frente de luta contra o modelo dominante tem como referência um modelo alternativo cujo objetivo é a soberania alimentar dos povos, daí a busca de alternativas que incorporem os conhecimentos científicos na agricultura de alimentos por meio da agro ecologia. Tudo isso requer o rompimento das cercas do latifúndio do conhecimento, por isso a proeminência da luta pela educação, pois esta, nesse escopo, é parte da estratégia política dos movimentos.

Em 2003, o MST e a CPT mobilizaram cerca de 3 mil pessoas e destruíram uma plantação de milho transgênico da empresa Monsanto no Paraná. No mesmo período houve a tentativa de ocupação do Ministério da Agricultura em protesto contra os transgênicos. Em 2007, em uma das ocupações de áreas com transgênicos, importante liderança do MST (Valdir Mota de Oliveira, Keno) foi assassinada em área de conflito com a Syngenta no Paraná.

A ofensiva contra as corporações do agronegócio adquiriu enorme visibilidade em 2004, quando 3.500 famílias ligadas ao MST derrubaram quatro hectares de plantação de eucalipto usado na produção da multinacional Veracel Celulose. O mesmo ato aconteceu em 2009 com igual repercussão. Um dos atos de maior reverberação ocorreu em 2008, quando mulheres ligadas a Via Campesina ocuparam uma unidade de pesquisa biotecnológica da multinacional Monsanto no município de Santa Cruz das Palmeiras, São Paulo, e destruíram um viveiro de mudas e um campo experimental de milho transgênico. Em 2008, mais de mil trabalhadores do campo e da cidade realizaram a Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais e ocuparam a transnacional de alimentos Bunge, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

A luta pela reforma agrária teve seu momento mais marcante na presente década com a Marcha Nacional pela Reforma Agrária dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2005) organizada com militantes dos 23 estados do país onde o MST está presente. Ao longo de 17 dias os trabalhadores percorreram 200 quilômetros, entre Goiânia e Brasília, para forçar o governo a colocar em prática o Plano Nacional de Reforma Agrária. Cabe dar destaque ao grande protagonismo das mulheres nessas lutas. Em 2003, cerca de 50 mil mulheres realizaram a Marcha das Margaridas, em Brasília, com a principal reivindicação de pressionar para maior agilidade na reforma agrária. Em agosto de 2007 as mulheres que participaram da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e realizaram a Marcha das Margaridas, na Esplanada dos Ministérios no Distrito Federal, Brasília, reuniram cerca de 50 mil trabalhadoras rurais para reivindicar políticas direcionadas às mulheres, garantia dos direitos adquiridos e mais crédito para as trabalhadoras do campo.

“A luta pela reforma agrária teve seu momento mais marcante na presente década com a Marcha Nacional pela Reforma Agrária dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2005)...”

Um momento de grande tensionamento foi o ato dos militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) que ocuparam, em 2006, a Câmara dos Deputados em Brasília. A repressão foi violenta. A polícia de Brasília autuou e prendeu 537 militantes que responderam por crimes de formação de quadrilha, danos ao patrimônio público e corrupção de menores, já que 42 crianças e adolescentes acompanhavam o grupo que contabilizava 579 pessoas. Buscando acentuar os nexos da questão agrária com as corporações o MST e a Via Campesina, em 2007, ocuparam a estrada de ferro Carajás, da CVRD, em Parauapebas, no sudeste do Pará (região Norte).

A ofensiva das corporações da mídia aliada (ou sócia) do agronegócio assumiu grave proporção quando integrantes do MST ocuparam terras que seriam de propriedade do Suco Cítrico Cutrale, no interior de São Paulo. A mídia foi taxativa em classificar a derrubada de alguns pés de laranja como ato de vandalismo, omitindo que a titularidade das terras da empresa é contestada pelo Incra e pela Justiça. Em outubro de 2009, o presidente Lula da Silva criticou o movimento por esta ocupação, exigindo o respeito às leis. O objetivo da ofensiva midiática foi impedir a revisão dos índices de produtividade agrícola –cuja versão em vigor tem como base o censo agropecuário de 1975– e viabilizar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o MST, que acabou sendo aprovada no parlamento e até julho de 2010 ainda não foi concluída, embora o relator da CPMI tenha concluído inexistir qualquer irregularidade nas contas do movimento.

Em decorrência das mobilizações de agosto de 2009, quando 3 mil integrantes do MST e de outros movimentos sociais de 23 estados e do Distrito Federal participaram de um grande acampamento pela Reforma Agrária em Brasília e organizaram protestos em 12 estados, o governo federal sinalizou com concessões relevantes, mas, diante da pressão dos ruralistas e do agronegócio, não as encami-

nhou. Nesta Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, o MST exigiu ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e a atualização dos índices de produtividade –inalterados desde 1975– e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

As lutas pela democratização do acesso à terra organizadas em articulação com outras entidades e instituições têm no Grito dos Excluídos um marco muito relevante, pois aproxima a problemática agrária de círculos ligados à Comissão Pastoral da Terra e às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. O ato mais importante aconteceu na 11ª edição do “Grito dos Excluídos”, reunindo cerca de 200 mil pessoas. O engajamento de setores da Igreja com as lutas do campo marcou a década. Em 2005, após ficar 11 dias em greve de fome em protesto contra a transposição do Rio São Francisco, o bispo Dom Luis Flávio Cappio terminou seu protesto no interior da Bahia. O Vaticano desaprovou veementemente seu gesto, exigindo o fim da greve de fome. Antes da mensagem do Vaticano, contudo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) prestou solidariedade à decisão do frei de iniciar a greve de fome. Em 2007, em virtude do prosseguimento das obras e do fato de que as medidas para proteger os pequenos camponeses sinalizadas pelo governo não se efetivaram, Cappio retomou uma greve de fome para pedir o cancelamento do projeto de transposição do Rio São Francisco. Foi realizada uma romaria que levou caravanas de oito estados a Sobradinho com 4 mil participantes em apoio ao bispo Cappio que, entretanto, foi bloqueada por homens do Exército. Depois de 24 dias de jejum, o frei, bastante debilitado e fraco, suspendeu a greve.

No que se refere à educação e à formação política, o principal marco foi a inauguração, em janeiro de 2005, da Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema, São Paulo, a universidade popular do MST. As lutas pela educação mais importantes foram contra o fechamento das Escolas Itinerantes do MST no Rio Grande do Sul.

Como é possível depreender da análise da Tabela 4, o avanço do agronegócio vem acompanhado de elevado número de assassinatos no campo. A proporção de mortos por conflito segue aumentando, confirmando que as expropriações violentas não são um resquício do passado. Os assassinatos têm tido como alvo importantes lideranças do MST, como Keno, já mencionado, e em agosto de 2009, de Elton Brum da Silva, executado pela Brigada Militar em São Gabriel, Rio Grande do Sul, durante o despejo da Fazenda Southall. Cerca de mil pessoas participaram de marcha em protesto pela morte de Elton Brum da Silva. A coerção não se dá apenas pelas armas, mas também pelo aparato judicial que trava a reforma agrária, criminaliza os que lutam por ela, inclusive com prisões arbitrárias. As corporações da comunicação criam um ambiente ideológico que favorece essas coerções, como visto no caso emblemático da Cutrale, manejado pela Confederação Nacional da Agricultura para viabilizar a CPMI contra o MST.

Os conflitos das corporações, latifundiários e fazendeiros em geral com os povos indígenas têm sido muito recorrentes na década. O conflito de maior destaque foi a luta pela demarcação contínua da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, firmada em 2005 pelo presidente Lula da Silva. Contudo, os fazendeiros tentaram reverter essa medida no Supremo Tribunal Federal que, após muita mobili-

zação dos povos indígenas, reafirmou a demarcação em 2009. Os povos indígenas protagonizaram diversos protestos contra as corporações de minério, a construção de hidroelétricas, algumas vezes em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em 2005, 280 índios da comunidade Xicrin ocuparam o núcleo urbano de Carajás, no Pará (região Norte), onde vivem 3 mil empregados da Companhia Vale do Rio Doce, objetivando pressionar a empresa a conceder benefícios que estariam acordados com a comunidade. O uso do bloqueio de rodovias e o sequestro de representantes dos governos igualmente foram recorrentes.

Houve avanços organizativos dos povos indígenas. Em 2007 foi realizado o 2º Encontro da Aliança dos Povos da Floresta, em Brasília (DF), contando também com seringueiros, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco e representantes de organizações da sociedade civil. Fundada nos anos 80, a Aliança dos Povos da Floresta retomou a sua agenda de lutas, embora ressignificada no escopo do desenvolvimento sustentável da Amazônia, tese distinta da preconizada por Chico Mendes, articulador do primeiro encontro e defensor da reforma agrária coletiva, expressa nas reservas extrativistas. No mesmo ano, 250 indígenas participaram do III Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia, em Porto Velho, no estado de Rondônia (região Norte). O encontro foi marcado por um protesto dos indígenas contra a construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira. Além do problema territorial específico, muitas lutas reivindicaram melhor tratamento de saúde dos povos originários. A extensão do problema pode ser evidenciado pelos atos protagonizados por povos indígenas, particularmente do Mato Grosso do Sul. Em 2007 realizaram ocupações e o sequestro de dirigentes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e de representantes da saúde em protesto com o descaso com a saúde dos indígenas. Neste mesmo ano, cerca de 500 índios da aldeia de Rio das Cobras bloquearam a rodovia BR-277 no município de Nova Laranjeiras, Paraná. Eles reivindicam a presença de um representante da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), de Brasília, para negociar melhores condições na área de saúde para as aldeias da região.

No plano político, uma das principais lutas dos povos foi a aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas, que tramitou no Congresso há quase 15 anos. Em 2009, cerca de mil índios realizaram uma caminhada e um ato público durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado, em Brasília, para reivindicar garantia de direitos e agilidade na aprovação do novo estatuto que permitiria os indígenas ter poder de veto sobre os projetos de exploração de recursos minerais em suas terras e o fim da tutela, deixando de serem considerados incapazes.

Em virtude do complexo minerador-hidrelétrico, o Movimento dos Atingidos por Barragens ganhou destaque na década. Entre seus atos de maior visibilidade cabe destacar a ocupação da Unidade Termelétrica Rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia, em 2007, como parte da Jornada de Lutas do dia 14 de março –data que marca o dia internacional de luta contra as barragens. No mesmo ano, 700 integrantes do MAB, com a Via Campesina, ocuparam a sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em São Paulo (região Sudeste), em protesto contra a hidrelétrica de Tijuco Alto, cuja energia produzida será utilizada exclusivamente pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim.

Lutas unificadas para além da esfera econômica-corporativa

No contexto das lutas contra o ALCA e a Organização Mundial do Comércio (OMC), as mobilizações contra os tratados de livre comércio foram relevantes até 2005. Nesse ano, 8 mil militantes do MST, pastorais da CNBB, movimentos do campo e movimentos urbanos se reuniram em Brasília na marcha “Assembleia Popular: mutirão para um novo Brasil”. Os manifestantes criticavam o imperialismo americano, a política econômica nacional, o modelo de dependência imposto pelo capital internacional a serviço do capital financeiro, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em frente à embaixada dos Estados Unidos, os manifestantes criticaram a presença do presidente Bush na América Latina e sua visita ao Brasil.

“... a questão racial ganhou maior dimensão no país, impulsionada pelo debate das cotas para acesso à educação superior”

A visita do presidente George W. Bush ao Brasil em 2007 foi repudiada por manifestações em 18 estados do país. Em São Paulo, a Marcha Mundial de Mulheres, o MST, o PSTU da Conlutas, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a CUT, PT, PSOL e várias ONGs fizeram uma passeata em protesto contra a visita, reunindo 20 mil pessoas.

A luta contra as privatizações de Cardoso, inalteradas por Lula da Silva, motivou uma das maiores iniciativas de luta unificada da década. Em 2007, mais de 60 entidades e movimentos sociais promoveram um plebiscito sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, objetivando pressionar o Poder Judiciário a se posicionar sobre a legalidade do leilão de venda da companhia, realizado em maio de 1997. O plebiscito teve início com pelo menos 4 mil urnas distribuídas em locais públicos com grande movimentação de pessoas, como rodoviárias, shoppings, metrô e universidades. Os movimentos, que realizaram a pesquisa em 3.157 municípios do país, lutam pela anulação da venda da companhia por meio da reabertura das ações que tramitam nos tribunais. Cerca de 94,5% dos 3.729.538 votantes que participaram do plebiscito disseram “não” a pergunta “A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?”.

Também as lutas contra os efeitos da reforma neoliberal do Estado seguiram vivas, embora com participação inferior as dos anos noventa. Em 2007, 15 mil pessoas realizaram a Marcha Nacional na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, organizadas pelo PSOL, PSTU, conlutas, movimentos pastorais sindicais e estudantes, contra a reforma da previdência, a reforma universitária, em defesa da aposentadoria e de outras políticas públicas, do não pagamento das dívidas interna e externa, a transposição do Rio São Francisco, o leilão da Vale do Rio Doce, a corrupção e outros temas.

Também a questão racial ganhou maior dimensão no país, impulsionada pelo debate das cotas para acesso à educação superior. A manifestação de 2007, reunindo 50 mil pessoas em São Paulo no Dia da Consciência Negra, foi um dos marcos importantes dessa luta.

Tendo em vista a crescente expansão de corporações originadas no Brasil em diversos países latino-americanos e de outras regiões, bem como de corporações multinacionais de *commodities* no Brasil, movimentos atingidos por essas corporações têm buscado melhor articulação para que as lutas sejam mais eficazes. Exemplo importante dessas iniciativas aconteceu em 2008. O Tribunal Internacional dos Povos, reunido em Lima, no Peru, condenou a Vale do Rio Doce e a empresa alemã ThyssenKrupp por crimes ambientais e violação dos direitos humanos e trabalhistas. As duas empresas são sócias na Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). A CSA está promovendo a construção de uma termelétrica a carvão, altamente poluente, e de um porto na Baía de Sepetiba, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, na região Sudeste do estado.

A solidariedade internacionalista gerou mobilizações na ocupação do Iraque pelos EUA, na invasão do Líbano por Israel, em defesa dos processos da Venezuela e da Bolívia, ameaçados por golpes e, de modo destacado, contra o golpe em Honduras. Somente em 2009, destacaram-se diversos atos contra a invasão israelense, um deles reunindo mais de 5 mil pessoas em São Paulo. Neste mesmo ano, diversas entidades (MST, Via Campesina, PSTU, PSOL, CUT, Força Sindical, CONLUTAS, Intersindical, CTB, entre outras) realizaram vários atos públicos, visitas à embaixada e subscreveram manifestos em apoio ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya e, sobretudo, a resistência popular ao golpe.

As manifestações realmente massivas que ocorreram na década foram as Paradas Gay, realizadas anualmente em todo país. Em geral, a pauta política está relacionada ao reconhecimento social, aos direitos civis e à luta contra a violência que os gays sofrem no país. São grandes manifestações de luta pela identidade, em geral desvinculadas dos movimentos sociais e partidários da esquerda que, via-de-regra, não são bem recebidos pela coordenação das medidas. A maior da década foi a 12ª Parada Gay, realizada em maio de 2008 com a consigna “A Homofobia Mata – por um Estado Laico de Fato”, reunindo cerca de 5 milhões de pessoas. O ato foi considerado a maior manifestação do gênero no mundo.

Tendências e perspectivas

O que os indicadores do OSAL-Brasil nos interroga sobre o estado das lutas sociais e as perspectivas futuras dos conflitos sociais? A resposta dificilmente pode ser unívoca. Algumas tendências podem ser sugeridas, merecendo, contudo, novos estudos. Os indicadores quantitativos e qualitativos sugerem que o ciclo de lutas antissistêmicas protagonizado pelos sindicatos a partir de 1978 perdeu força. Mesmo considerando o fato da crise que transtorna a economia mundial de modo mais agudo a partir de 2008, as greves atuais não chegam a 20% das verificadas nos anos oitenta. O problema não é apenas de ordem quantitativa, pois o foco das greves está fundamentalmente dirigido para o momento econômico-corporativo. Ademais, ocorreram mudanças muito profundas nas organizações sindicais que, se não encolheram como em alguns países, contam atualmente com muito menor protagonismo da base na condução das lutas. Houve uma hipertrofia do papel dos dirigentes profissionalizados e uma crescente institucionalização dos conflitos. A diferenciação política entre as maiores centrais é sutil.

Entretanto, esse movimento não desaguou em novas formas de organização dos trabalhadores que se caracterizassem pela sua capacidade de convocatória e de mobilização social. Tensionada pela disputa de concepções com forte viés partidário, a nova central sindical e popular reivindicada pelas entidades que romperam com a CUT encontra-se em uma situação de impasse, incapaz, até o momento, de servir de instrumento para a unidade de ação dos que vivem do trabalho e são explorados. Uma das consequências desse estado geral é a naturalização das políticas de alívio a pobreza minimalistas e a proliferação de uma miríade de políticas sociais focalizadas, encaminhadas, em grande parte, por meio de parcerias público-privadas, inclusive com entidades da sociedade civil indistintamente empresariais, harmonizando capital e trabalho. Mais de 40 milhões de pessoas sobrevivem com miserável bolsa família. Como as medidas mais duras contra a crise somente serão encaminhadas após o pleito eleitoral de 2010, é inevitável indagar se será possível reverter esse quadro em curto espaço de tempo. Existe um grande contingente de trabalhadores sindicalizados, entidades bem estruturadas, mas pouca formação política de base, o que é relevante, tendo em vista a difusão, inclusive pelos sindicatos, de um *ethos* favorável ao chamado novo espírito do capitalismo.

Os achados da pesquisa sugerem que as lutas dos movimentos sociais do campo, particularmente do MST, do MAB e dos povos originários, possuem um caráter distinto do verificado nas lutas sindicais, pois, neste caso, é a realidade que impõem a luta contra o padrão de acumulação. O setor de *commodities* expande com a exploração e a expropriação e, por isso, produz conflitos muito ásperos. As ações diretas por meio de ocupações de terras, atos contra as corporações do agronegócio e do setor mineral foram ascendentes. Se, de um lado, as ocupações de latifúndios podem ter sofrido uma redução, de outro, quando ocorre ocupação de áreas de interesse imediato das corporações, os enfrentamentos são mais duros e violentos. Dai a tendência de criminalização das lutas sociais. O confronto com os setores dominantes que operam as *commodities*, cada vez mais imbricados com o capital rentista, tem levado a uma redefinição da tática e da estratégia dos movimentos mais diretamente engajados nas lutas, nas quais a alternativa democrático-popular vem sendo vivamente questionada em pro de lutas com caráter abertamente socialista.

A análise dos conflitos permite pontuar um problema crucial. A estagnação da reforma agrária, as dificuldades de viabilizar economicamente os assentamentos e o estrangulamento dos recursos públicos para os programas dos sem terra, acrescido das políticas de alívio a pobreza e ao avanço do pentecostalismo no campo e nas periferias das grandes cidades, são fatores que podem estar contribuindo para o enfraquecimento das bases dos movimentos. As lutas dos pequenos, mas importantes movimentos, que organizam a juventude e as mulheres das periferias das megalópoles, estão sendo afetadas pelos fatores listados e pela difusão do medo empreendida pelo aparato coercitivo formal e informal.

Todo esse complexo quadro aponta desafios teóricos cruciais. O que é o padrão de acumulação subjacente ao chamado neodesenvolvimentismo? Como o mesmo altera o sistema de Estados que maneja o imperialismo? Qual a nova morfologia da classe trabalhadora? Em que consiste a auto-organização da classe e

como este processo pode assegurar unidade de ação dos subalternos? Quais os horizontes emancipatórios e estratégicos que estão antagonizando o chamado neodesenvolvimentismo? Essas são algumas indagações que pensamos poder extrair do estudo do caso brasileiro.

Bibliografia

- Anderson, Perry 1992 *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Antunes, Ricardo 1999 *Os sentidos do trabalho* (São Paulo: Boitempo).
- Boito, Armando; Galvão, Andréia e Marcelino, Paula 2009 “Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000” em *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) N° 26.
- Boltanski, Luc e Chiapello, Ève 1999 *Le nouvel esprit du capitalisme* (Paris: Gallimard).
- Canuto, Antonio; Silva, Cássia R. da; Luz, Isolete W. (coords.) 2010 *Conflitos no campo. Brasil 2009/ CPT* (São Paulo: Expressão Popular).
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) 2008 “Tabulações do sistema de acompanhamento de greves no Brasil 1995-2007”, disponível em <http://www.dieese.org.br/projetos/MTE/SACC/METAI/III/tabulacoesGrevesBrasil1995_2007.pdf>, acesso em 1 de julho de 2010.
- DIEESE 2009 “Balço das Greves em 2008”, disponível em <<http://www.dieese.org.br/esp/cju/balGreves2008.xml>>, acesso em 1 de julho de 2010.
- Fiori, José Luiz 1995 *Em busca do dissenso perdido* (Rio de Janeiro: Insight).
- Leher, Roberto 2003 “O governo Lula e os movimentos sociais” em *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) N° 10.
- Leher, Roberto 2005 “Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais” em *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) N° 17.
- Mattos, Marcelo Badaró 2005 “Novas bases para o protagonismo sindical na América Latina: o caso brasileiro” em Leher, R. e Setubal, M. (orgs.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis* (São Paulo: Cortez).
- Offe, Claus 1989 *Capitalismo desorganizado* (São Paulo: Brasiliense).
- Secretaria Nacional do MST 2010 “MST, lutas e conquistas” (São Paulo) 2ª edição.

Notas

1 A CUT, fundada em 1983, central sindical classista, autônoma diante do Estado e dos governos e comprometida com o socialismo. Nos anos noventa, a tendência majoritária da CUT e do PT, a Articulação Sindical (a qual pertencia Lula da Silva), defendeu a conversão do sindicalismo classista e combativo em sindicalismo cidadão (ou propositivo), filiando-a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CISOL) em 1992. No III Congresso (1988) o estatuto da central foi modificado de modo a reduzir a participação da base nos seus eventos deliberativos. O sindicalismo cidadão concebe o de-

semprego como decorrente da falta de qualificação dos trabalhadores, nos mesmos termos de Fukuyama (Anderson, 1992). A CUT passou a se engajar, diretamente, na formação profissional, buscando ajustar os trabalhadores ao “novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 1999), flexível e desregulamentado. A despeito das dissidências, a Central seguiu expandindo, alcançando, em 2009, cerca de 3,3 mil entidades filiadas (de um total de 8,34 mil entidades registradas no Ministério do Trabalho e Emprego) e 7,1 milhões de sindicalizados e 21 milhões na base, mas que pouco mobiliza (Mattos, 2005).

2 Tese defendida por Claus Offe em *Capitalismo desorganizado* (São Paulo: Brasiliense) 1989. Entre os autores mais citados, André Gorz e Alain Touraine, entre outros.

3 Ver Ricardo Antunes 1999 *Os sentidos do trabalho* (São Paulo: Boitempo).

4 Criado formalmente em 1984, o MST está organizado atualmente em mais de mil acampamentos, abrigando 90 mil famílias, cerca de 400 mil pessoas (“MST, Lutas e conquistas”, São Paulo, 2ª edição, 2010).

5 Cfr. “MST, Lutas e conquistas”.

6 Entre as principais greves por salário e pela manutenção dos empregos dos metalúrgicos: Volkswagen de São Bernardo do Campo, São Paulo (2005); Volkswagen, três fábricas da montadora de automóveis em São Bernardo do Campo e Taubaté em São Paulo e São José dos Pinhais no Paraná (2006); General Motors (GM) de São José dos Campos, São Paulo (2006); Volkswagen-Audi e Renault, de São José dos Pinhais, região Curitiba, Paraná (2008); Bosch, maior indústria do setor metalúrgico no Paraná (2008); General Motors (GM) em São José dos Campos, protesto contra as demissões de trabalhadores temporários (2009); 10 mil metalúrgicos (CUT) se manifestam em São Bernardo do Campo, São Paulo contra o desemprego e a proposta dos empresários de reduzir a jornada de trabalho e o salário (2009); Volkswagen em São Bernardo do Campo, São Paulo, paralisação, Dia Nacional de Luta pelo Emprego e pelo Salário, convocado pela CUT (2009); Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), em São José dos Campos, São Paulo, participam de um ato em protesto contra às 4,2 mil demissões anunciadas pela empresa (2009); Volkswagen-Audi, Volvo, Renault-Nissan, greve por tempo indeterminado, em São José dos Pinhais, Curitiba, Paraná (2009); Volkswagen e da Ford, paralisação em Taubaté, São Paulo (2009). No final do ano, as isenções tributárias do governo para a compra de automóveis reaquece a produção levando os trabalhadores da Ford, Mercedes-Benz, Scania, Rassinini, Mahle Metal Leve e Karmanghia a realizar paralisação para pedir aumento real de salário em São Bernardo do Campo, São Paulo (2009); os da General Motors (GM), em São José dos Campos, São Paulo, fazem três paralisações de 24 horas reivindicando perdas salariais (2009); os da Empresa Brasileira de Aeronáutica SA (Embraer) paralisam a produção em São José dos Campos, São Paulo, em protesto contra o cálculo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) (2009), e trabalhadores da Lorenzetti deflagram greve em São Paulo reivindicando reajuste de 10% no salário-base, 140 cláusulas sociais e piso salarial.

7 Os bancários realizaram fortes greves nacionais reivindicando reajuste salarial e aumento na participação nos lucros e resultados em 2005, 2006, 2008 e 2009.

8 Trabalhadores petroleiros de 33 plataformas e navios de perfuração da Petrobrás aderem à greve

iniciada pelo sindicato na Bacia de Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro, reivindicando reajuste salarial, segurança nos locais de trabalho e mudança no regime de folgas (2008); greve nacional dos petroleiros. O desfecho da greve não foi consensual. A Federação Única dos Petroleiros (FUP), mais próxima do governo, aceitou um acordo que não contemplou os 6 sindicatos da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que representa 11 sindicatos (2009); a FNP, que afirma representar cerca de 28 mil dos 56 mil empregados próprios da Petrobras, inicia greve por tempo indeterminado. A greve ocorre em São José dos Campos –São Paulo–, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe, Alagoas, Maranhão e Pará. Os petroleiros reivindicam reajuste salarial de 4,4%, ganho real de 10% e reposição das perdas desde 1994, estimadas em 23%. Cabe destacar a greve dos trabalhadores que atuam na Petrobrás com contratos terceirizados em 2008. A greve foi protagonizada por 12 mil trabalhadores da Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos, São Paulo. Entre as conquistas da categoria, estão 10% de reajuste salarial, participação nos lucros (PLR) de R\$ 1.500, melhoria no percentual de horas extras, abono da terça-feira de Carnaval, estabilidade de 90 dias e reembolso da passagem, a cada 120 dias, para trabalhadores que moram a mais de 200km de São José. Os trabalhadores conseguiram reverter as 800 demissões que haviam sido feitas em represália à greve.

9 Na construção civil, as greves foram dispersas em diversos pontos do país. Cabe destacar as passeatas, reunindo expressivo número de trabalhadores em São Paulo, Salvador e Belém, entre outras capitais.

10 Cabe destacar as mobilizações dos policiais em 2008, que revelaram a capacidade de articulação das suas entidades em todo país.

11 Greves nacionais da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT): 2008, reivindicando o cumprimento de um termo de compromisso que previa um adicional de 30% nos salários dos carteiros; 2009, em virtude da greve nacional da categoria, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Correios e Telégrafos e Similares mantivesse 30% dos funcionários em cada uma das unidades da ECT, caso contrário, seria aplicada uma multa diária de R\$ 50 mil.

12 Em relação às greves na educação superior, como já foi dito, em 2003 as lutas estiveram centradas na previdência social. Em 2004 aconteceram relevantes greves nas universidades, representadas pelo Andes-SN, com destaque para a greve das três universidades estaduais paulistas –Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)– que reivindicaram reajuste salarial de 16% e o aumento de 9,57% para 11,6% do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No caso das universidades federais, o Andes-SN não aceitou a proposta salarial do governo de reajustes diferenciados para a categoria e entre ativos e apo-

sentados, reivindicando a paridade entre os mesmos. Deflagrou uma difícil greve que não contou com a adesão plena da categoria. Em 2005, a greve nacional também logrou adesão parcial, em particular na pós-graduação e na pesquisa, sugerindo a existência de diferenciações no seio da categoria. A pauta desta greve priorizou a correção de 18%, correspondente às perdas inflacionárias do governo Lula, a incorporação das gratificações e a reestruturação da carreira. Após 112 dias a greve foi suspensa e a categoria não obteve a conquista de suas reivindicações. A correção que o governo impôs é diferenciada e não ultrapassa, em média, 9%. Em virtude da radicalidade do movimento cabe destacar a greve das universidades estaduais do Ceará em 2008 que durou mais de três meses e, em 2009, a greve dos professores da USP que durou 25 dias (e dos técnicos e administrativos, 47 dias). É perceptível a redução das greves nas universidades federais após 2005. Mudanças na categoria, a política de concessão de reajustes diferenciados e o empreendedorismo acadêmico certamente são dimensões importantes. A suspensão do registro sindical do Andes-SN e mesmo de receber as contribuições de seus sindicalizados demandaram mobilizações como a realizada em 2008 com mais de 2 mil participantes e a busca de apoio entre outras entidades autônomas frente ao governo. Em 2009 o registro sindical foi restabelecido parcialmente.

13 No caso da educação básica, as lutas estiveram centradas na reivindicação da aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico

(FUNDEB) (2004/2005) e na conquista do piso salarial nacional, como ocorreu em 2007 quando 10 mil manifestantes, a maioria docentes, convocados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pressionaram o governo para que o referido piso contemplasse os princípios defendidos pela Confederação.

14 No contexto da crise, em 2009, diversos trabalhadores firmaram acordos defensivos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de Mogi das Cruzes informou que, apenas em sua base, chega a 24 o total de acordos formalizados entre trabalhadores e empresas com o objetivo de preservar empregos.

15 Em 2006, a VW anunciou a demissão de 1.800 trabalhadores da unidade de São Bernardo do Campo, São Paulo. A categoria entrou em greve por tempo indeterminado, mas o acordo entre o sindicato e a diretoria da VW, confirmado pela matriz, acabou prevendo a demissão de 3.600 dos 12.000 trabalhadores até 2008. Em contrapartida, a montadora se comprometeu a investir na produção de dois modelos novos. A ameaça subjacente era o fechamento da unidade.

16 Embora não seja o objeto do presente estudo, pois isso implicaria em um estudo sistemático sobre a problemática da criminalização dos pobres, as inúmeras lutas contra a violência policial – e em defesa dos direitos humanos – têm sido recorrentes, indicando o grau de violência do aparato policial que frequentemente resultam em morte de crianças e jovens, sobretudo negros.